

Vão-se as memórias, ficam os tijolos: um estudo sobre o uso do patrimônio industrial a partir das Instalações da IRFM no bairro da Água Branca (São Paulo - SP)

Laís Cabral da Silva

Universidade Federal de São Paulo

São Paulo - São Paulo - Brasil

laiscabral@outlook.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as instalações das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) no bairro da Água Branca (São Paulo - SP) para debater os limites e avanços das políticas patrimoniais voltadas ao patrimônio industrial. A partir desse estudo de caso, espera-se traçar uma genealogia para a formação dessa área de conhecimento e indicar alguns de seus usos voltados à construção de uma memória dos trabalhadores industriais. Para isso, mobiliza-se o conceito de *lieux de mémoire* (lugares de memória) elaborado por Pierre Nora para argumentar sobre o lugar secundário da memória dos trabalhadores na história da cidade de São Paulo. Por fim, enfatizam-se iniciativas populares de construção de memórias periféricas como possibilidade de expansão do campo, como o Centro de Memória Queixadas Sebastião Silva de Souza, no bairro do Perus.

Palavras-chave: patrimônio industrial; pós-tombamento; memória; Indústrias Matarazzo.

Introdução: Mas afinal, de onde vem a ideia de patrimônio industrial?

O emprego do termo patrimônio industrial não foi o primeiro para se referir aos resquícios, sobretudo arquitetônicos, frutos da atividade industrial após a Primeira Revolução Industrial¹. É possível datar a utilização do termo arqueologia industrial em diversos lugares por vários autores desde o século XIX, como, por exemplo, com a francesa Marie Pierre Le Pelletier de Saint Rémy na revista *Annales Maritimes et Coloniales* em 1842, na revista brasileira *O Auxiliador da Indústria Nacional* publicada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional no Rio de Janeiro em 1870 e pelo português Francisco de Souza Viterbo em um artigo da revista *O Arqueólogo Português* em 1896 (Cordeiro, p. 205, 2024).

Apesar disso, a arqueologia industrial só passa a ser referida como um campo de estudo com a publicação do artigo de Michael Rix em 1955 para a revista *The Amateur Historian* e

¹Deve-se considerar os períodos pré e proto-industriais, ver: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, 2003, [s.p.].

publicado como livro em 1967², no qual o britânico foca no desaparecimento de sítios industriais dos séculos XVIII e XIX, que foram importantes para o processo de industrialização. No mesmo período, no Reino Unido, as antigas fábricas e instalações industriais estavam se tornando obsoletas e sendo substituídas por construções mais modernas. Algumas dessas áreas também passaram a servir como reservas urbanas, mas com o crescimento das cidades na época (Hobsbawm, 1997, p. 288) muitas das antigas construções acabaram demolidas.

A adesão do termo arqueologia industrial também teve influência do *Council for British Archaeology*, que estava começando a incluir em seus comitês de pesquisa o estudo de edifícios (Rufinoni, 2004, p. 116). Houve contestação do uso da palavra arqueologia por conta de uma visão de que, por existirem registros escritos sobre essas indústrias, não seria necessário o estudo por vestígios materiais para essa área. Frente a isso, Grahame Clark, arqueólogo britânico, publica que a arqueologia é um campo de estudo possível de ser aplicado em qualquer período e aspecto da história, pois não serve para somente preencher lacunas nos documentos, mas também para trazer diferentes informações presentes ou não nos registros escritos, além de ajudar na verificação de sua autenticidade (Clark, 1966, p. 14).

Outro argumento utilizado foi que o uso da palavra “arqueologia” poderia se referir apenas a “coisas antigas”, na qual Hudson (2015, p. 22) questiona o quão velho definiria o que seria antigo. Também debate que essa justificativa seria resultado de uma onda crescente de opiniões que, desde 1878, pensava que a arqueologia deveria ser limitada à pré-história, ignorando que “Um bom arqueólogo deve se interessar em todos os aspectos da cultura que ele escolha estudar – seja tecnologia, organização social, sistema político”³ (Hudson, 2015, p. 24, tradução nossa). Kenneth Hudson foi um museólogo e jornalista de grande importância por seus estudos de arqueologia industrial e grande divulgador de museus e bens industriais (Oliveira, 2015, p. 199).

A definição de arqueologia industrial como uma disciplina autônoma também resulta em grande discussão, compreensível pelo conceito fazer parte de um alargamento que houve da concepção do que é bem cultural (Kühl, 2018, p. 58), que também gerou debates. Isso também se deve à área não possuir formulações teóricas-metodológicas próprias voltadas à indústria, precisando se voltar a outras áreas como apoio, pois, de acordo com Kühl (2018, p. 44), “[...] arqueologia industrial, assim, não se caracteriza como disciplina autônoma; é um

²Vale apontar que, antes disso, Donald Dudley, também da Universidade de Birmingham, já havia utilizado o termo no início da década de 1950. Contudo, quem teve o marco de primeira publicação foi Rix.

³No original: A good archaeologist must be interested in every aspect of the culture he has chosen to study — its technology, its social organisation, its political system.

vasto tema de estudo que exige a multidisciplinaridade e articulação de variados campos do saber”. Além disso, com o crescimento de teorias da arqueologia social na década de 1980 alguns lugares, como Estados Unidos e Austrália, passaram a ver a arqueologia industrial como parte da arqueologia histórica (Oliveira, 2015, p. 205-206).

A partir do começo da década de 1960, principalmente depois da demolição da Estação Euston Arch⁴ em 1962 que foi fortemente contestada pela população, estudiosos e entidades britânicas, houve uma maior adesão ao tema. Depois disso, os esforços para o campo foram aumentando, sendo mais reconhecido e com a produção acadêmica sobre a área também crescendo, tendo um grande marco a criação da revista *The Journal of Industrial Archaeology* por Kenneth Hudson em 1963 como um dos principais espaços de divulgação.

O pioneirismo da preservação industrial ter acontecido no berço da Primeira Revolução Industrial não é surpreendente, mas já na década de 1960 havia iniciativas começando na Suécia, Estados Unidos, Alemanha e países do leste europeu. Na década seguinte, países mais ao sul da Europa, como França e Itália, ganharam espaço também (Cordeiro, 2024, p. 208).⁵

Também é necessário destacar as organizações que surgiram para discutir a área de conservação industrial. Uma das maiores organizações partiu do I Congresso Internacional sobre Conservação de Monumentos Industriais, realizado no Reino Unido em 1973, evento que acontece a cada três anos até hoje com o nome que recebeu em sua terceira edição na Suécia em 1978: *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH) (Cordeiro, 2024, p. 208).

O TICCIH organizou o I Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial no México em 1995. Já no Brasil, o primeiro congresso a discutir o patrimônio industrial foi o 1º Seminário Nacional de História e Energia, organizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo em 1986, com destaque à presença de Margarida Davina Andreatta, Ulpiano Bezerra de Meneses e Ruy Gama (Rodrigues, 2011, p. 90). Na década de 1990, houve a mobilização de estudiosos que compunham o Grupo de Estudos de História da Técnica (GEHT) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (Oliveira, 2015, p. 213) e, a partir da década seguinte, houve um aumento dos encontros para discussão desse tipo de patrimônio, com destaque para os organizados pelo Movimento de Preservação Ferroviária, o encontro Território, Patrimônio e Memória organizado pela Universidade Federal de Santa Maria e ICOMOS-RS na cidade de

⁴Construída entre 1835 e 1837, representava a arquitetura ferroviária ainda em sua fase pioneira, ver: Kühl, p. 38, nota 4.

⁵Para um maior panorama do desenvolvimento da área de patrimônio industrial na Europa, ver: Kühl, 2018, p. 41 – 44.

Santa Maria - RS, o VII Encontro de Teoria e História da Arquitetura do Rio Grande do Sul: Arquitetura Industrial feito pela Faculdade de Engenharia e Arquitetura de Passo Fundo em 2003 (Kühl, 2018, p. 49). Em 2004, é criado o Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH - Brasil), no mesmo ano em que se organizou na UNICAMP o I Encontro em Patrimônio Industrial, contando com a presença do representante do TICCIH na América Latina da época, Belém Oviedo, e o de Portugal, Prof. José Lopes Cordeiro (Schicchi, 2005, p. 125).

Ademais, os primeiros registros de tombamento ligado ao patrimônio industrial no Brasil foram o Trecho Ferroviário Mauá-Fragoso, no Rio de Janeiro (RJ), em 1954 (Oliveira, 2015, p. 210), e os remanescentes da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, em Iperó (SP), registrado em 1964 no Livro do Tombo Histórico do antigo Serviço Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (Kühl, 2018, p. 47), hoje em dia Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Também foram tombados alguns remanescentes de produção manufatureira colonial na época, como o Engenho dos Erasmos em Santos (SP) e a Fazenda do Engenho d'Água em Ilhabela (SP) (Rodrigues, 2011, p. 86). Esses dois patrimônios são vistos como industriais pois “Na atualidade, contudo, entende-se que uma grande diversidade de estruturas, sítios, paisagens e itinerários documenta atividades de recortes cronológicos ou tipológicos específicos” (Rufinoni, 2025, p. 234).

É importante também mencionar a produção de cartas patrimoniais referentes ao patrimônio industrial. A primeira carta foi criada em 2003 pelo TICCIH, que foi aprovada na reunião da Assembleia Geral da organização que ocorreu na Rússia naquele ano, e ganhou o nome de Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial⁶. Depois, foi apresentada ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) para ratificação e, em seguida, teve aprovação definitiva da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Além de definir o que é patrimônio industrial, a carta também estabelece seus valores, a importância da identificação, do inventário e da investigação para proteção desse tipo de patrimônio, o tipo de proteção legal que deve ter, como sua manutenção e conservação deve visar a integridade dos sítios⁷ e como deve haver formação profissional especializada para a área. A carta também inclui cartas anteriores, as quais são destacadas a Carta de Veneza (1964), que é o documento-base do ICOMOS para a preservação

⁶Nizhny Tagil foi a cidade onde ocorreu a Assembleia, por isso o nome, ver: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, jul. 2003

⁷Houve o emprego da palavra “sítios” na carta para aludir aos edifícios, instalações, maquinaria, paisagens e estruturas, ver: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, 2003, n. 2.

arquitetônica, a Carta de Burra (1979⁸), que aborda questões da conservação de lugares com significância cultural, e a Recomendação R (90) 20 do Conselho da Europa (1990), referente à proteção e conservação industrial e de engenharia civil na Europa.

Além da Carta de Nizhny Tagil, houve a Carta de Monterrey (2006), que surgiu do XXVI Simpósio Internacional de Conservação do Patrimônio Monumental feito pelo ICOMOS Mexicano e aborda a preservação do patrimônio industrial. Também teve a Carta de Riga (2005) elaborada pela Federação Europeia dos Caminhos de Ferro Turísticos e Históricos (FEDECRAIL), que constitui um código de conduta da proteção, exploração e restauração dos patrimônios ferroviários e adotada em quase metade dos países europeus, Austrália e Nova Zelândia (European Federation of Museum and Tourist Railways and Tramways, 2025, [s.p.]) e a Carta de Bierzo (2007), na qual foca no patrimônio industrial mineiro, e foi feita pelo Instituto de Patrimônio Cultural da Espanha. Aqui no Brasil, em janeiro de 1988, o GEHT da UNICAMP criou uma carta que ficou conhecida como Declaração de Campinas, onde o grupo defende que “Os testemunhos materiais das atividades produtivas (máquinas, ferramentas, moldes, modelos e protótipos, instalações agrícolas e industriais, oficinas e edificações pertinentes) [...]” (Grupo de Estudos da Técnica, 1998, [s.p.]), assim como os documentos sobre eles, devem receber a mesma dedicação pelos Conselhos de Tombamento que outros bens culturais recebem.

Apesar desse longo percurso de debates, o patrimônio industrial ainda enfrenta dificuldades e entraves na implementação de políticas de salvaguarda, sobretudo no que toca à sua integração à vida contemporânea. Françoise Choay, importante historiadora francesa referência na área do patrimônio cultural e urbanismo, em sua obra *A Alegoria do Patrimônio* já indicava as possibilidades e limitações para a adaptação desse tipo de edificação a outros usos na atualidade (Choay, 2001, p. 219). Além disso, a partir da análise de caso aqui apresentada, entendemos que essa reconversão por vezes ignora totalmente a memória dos trabalhadores que ensinam esse tipo de prática.

Um caso turbulento: o tombamento do conjunto industrial das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo no bairro da Água Branca (São Paulo - SP)

Para uma análise do patrimônio industrial e sua utilização, será utilizado como estudo de caso o conjunto de instalações das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo no bairro da Água Branca. Primeiro, será abordado seu processo de tombamento pelo Conselho de Defesa

⁸Foi adotada pelo ICOMOS neste ano, mas sofreu revisões que foram adotadas em 1981 e 1999, ver: ICOMOS, 1999, p. 1.

do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), que foi cercado de conflitos, para melhor entendimento sobre o patrimônio. O pedido de abertura do processo foi feito em novembro de 1985, a partir de uma solicitação do Departamento Histórico da Prefeitura de São Paulo (DPH), que estava preocupado com as mudanças urbanas na região, principalmente com o planejamento de aplicação de um sistema metroviário que poderia destruir o conjunto. Na época, o complexo industrial era o único restante acompanhando a ferrovia no oeste da cidade de São Paulo (Lessa, 2015, p. 113). O pedido do DPH também se apoiava no Estudo de alternativas de traçado — Tramo Oeste — identificação dos bens culturais envolvidos feito por Benedito Lima de Toledo em 1977.

O maior conflito e argumento da dirigente do grupo Matarazzo da época, Maria Pia Matarazzo, era de que o terreno estava garantido para o Banco do Brasil para cobrir as dívidas da empresa, construindo no local um *shopping center* (CONDEPHAAT, 1985, p. 68 e 81-84). Após isso, a companhia se ofereceu para preservar três chaminés, um conjunto de prédios entre as ferrovias, o portal de entrada das IFRM, os prédios entre as duas rodovias e um conjunto do edifício que abrigava as caldeiras, construindo no lugar um memorial.

Ao saber da dívida, o CONDEPHAAT tentou levar a discussão ao âmbito federal, ou seja, esferas exteriores ao Conselho, como o Presidente do Banco do Brasil, Ministros do Trabalho, da Cultura, da Indústria e Comércio, e da Fazenda, por meio de cartas pedindo seus posicionamentos (CONDEPHAAT, 1985, p. 91-98), que acabaram sem retorno. Também argumentam para Maria Pia Matarazzo que a salvaguarda dos edifícios estabelecidos anteriormente, 15 edifícios, deveria ser mantida por diversos motivos, como a importância histórica do patrimônio, boa localização e fácil acesso ao local, viabilizando a oferta de serviços.

A IFRM contesta novamente, dessa vez declarando que o bem não só não teria valores de interesse público, como provocaria uma ruína do Grupo Matarazzo e esvaziamento econômico por conta da dívida com o Banco do Brasil, além de considerar o tombamento um ato abusivo com base na legislação federal art. 9, Decreto-lei Federal n. 25 de 30/11/37, por passar do prazo estabelecido pela lei. O CONDEPHAAT responde que o artigo citado na defesa foi revogado por um artigo de decreto estadual que regulamenta o órgão, que havia um estudo técnico para o entendimento do valor de preservação dos edifícios do bem e o tombamento não impede que os bens preservados sejam vendidos ou utilizados, sendo permitida sua adaptação a outros usos diferentes do original.

A polêmica do caso foi que, apesar de o tombamento ser aprovado por unanimidade pelo conselho do CONDEPHAAT, o Secretário da Cultura da época, Jorge da Cunha Lima, fez alterações na proposta do tombamento. Foi diminuída a proteção para 5 edifícios, as locomotivas e chaminés, além da classificação de 25 construções como “dotados de interesse

científico, histórico e cultural, como passíveis de eventual demolição, desde que precedida de ‘levantamento documental procedido pelo empreendedor, sob a orientação do Condephaat’” (Lessa, 2015, p. 125). Mesmo sendo legalmente possível essa mudança sobre o tombamento, uma vez que o CONDEPHAAT é subordinado a essa secretaria, ficou marcado como extremamente antidemocrático ao ignorar totalmente o Conselho, recebendo críticas do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e dos coordenadores da Subcomissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT, 1985, p. 166 - 167 e p. 189 – 190).

Em sua dissertação de mestrado *Patrimônio como campo de conflitos: o processo de preservação das Indústrias Matarazzo na Água Branca*, a arquiteta Ana Lara Barbosa Lessa além de analisar os conflitos acerca desse tombamento também levanta informações sobre o secretário da época, Jorge da Cunha Lima, que era um homem da elite paulistana com família de origem cafeeira de muitas formações, como jornalista, advogado e escritor. Exerceu funções de confiança em instituições e no serviço público, especialmente ligado à cultura (Lessa, 2015, p. 125 – 126).

Para além disso, a pesquisadora traz como Cunha foi responsável por criar e organizar todo o conteúdo de um livro dedicado à família Matarazzo, “Matarazzo: 100 anos”, publicado pela CL-A Comunicações, além de ter escrito o prefácio do livro. Nesse livro, a presidente da IRFM na época, Maria Pia, também escreveu a introdução. Contudo, em entrevista para Lessa, Jorge Cunha afirmou que não manteve relações com a família para além desse vínculo profissional (Lessa, 2015, p. 129). Do mesmo jeito, Cunha já ter envolvimento nessa elite faz com que pareça ter mudado o parecer para mais favorável aos interesses particulares da empresa do que levando em consideração o que deveria ser preservado com base nos estudos realizados pelo corpo técnico do CONDEPHAAT.

O conjunto foi registrado no Livro do Tombo Histórico em 1987, e o terreno acabou sendo vendido em 1992 para a empresa Ricci e Associados – Engenharia e Comércio. No ano seguinte a venda, é feita uma nova resolução de tombamento, no qual é incluída uma cláusula que a empresa dona do conjunto seria responsável pela revitalização da caldeiraria do espaço, que deveria ser recuperada como um centro de memória⁹, e três galpões são destombados (São Paulo, 1993). Esse destombamento dos galpões anos depois foi usado como justificativa para exclusão do tombamento do ramal ferroviário, em 2001.

Esse processo de tombamento representa bem os conflitos aos quais o ambiente urbano está sujeito, e “Como consequência das disputas, a cidade é apagada e reescrita de maneira

⁹A primeira resolução do tombamento, Resolução 14 de 5 de junho de 1986 (São Paulo, 1986), determinava que deveria ser um museu do parque industrial Matarazzo.

contínua, imputando consequências muitas vezes irrecuperáveis ao patrimônio industrial paulistano” (Lessa, 2015, p. 132). Também testemunha o descaso que a área de patrimônio possui em referência a outras esferas da política.

Usos do patrimônio desde o tombamento e definições de memória

Desde 2005, o patrimônio conta com a Associação Cultural Casa das Caldeiras, na qual promove atividades culturais no espaço por meio de parcerias com diversas entidades civis (Kakaeska, 2011, [s.p.]). Também possui parceria com outros projetos culturais: o Tododomingo, que desde 2007 proporciona atividades musicais no local, a ocupação artística Térreo Ateliê, ligado ao programa de residência artística chamado obras em construção, e o programa de Residência Formativa, que desenvolve estudos de diferentes meios de aprendizado, focando no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Essas pesquisas envolvem oficinas de formação e aprendizado voltadas aos estudantes de escolas públicas da região, além de atividades com as famílias e experiências junto aos professores. O andar térreo é parcialmente alugado a uma cervejaria.

Além disso, é possível alugar o espaço para eventos sociais, como casamentos, festas, feiras e eventos corporativos, desde, pelo menos, meados de 2006 (Sant’Anna, 2006, p. 21). Quanto à questão histórica, são promovidas algumas visitas guiadas no espaço e a Casa das Caldeiras participa desde 2019 da Jornada do Patrimônio, evento promovido pela Prefeitura de São Paulo, elaborado em 2004 e realizado todos os anos desde então, para valorização dos patrimônios da cidade por meio de diversas atividades realizadas nos locais.

Essa sucessão de diferentes usos indica as dificuldades de se articular as políticas de preservação à construção de uma memória ligada aos trabalhadores e à indústria, por vezes deixada de lado. É nítido que o patrimônio está sendo ocupado, o que é positivo, pois um local tombado não utilizado tende a perder seu significado social. Mas é importante ressaltar que o motivo de sua proteção legal, não só no âmbito estadual como também municipal (São Paulo, 1993), é pela sua importância histórica. Preservar um monumento histórico é reconhecer que aquele bem possui um valor que o torna digno de proteção para futuras gerações, “[...] para que continuem a ser documentos fidedignos e efetivos suportes do conhecimento e da memória coletiva” (Kühl, 2018, p. 58).

Então, é de se esperar que haja pelo menos uma atividade voltada para esse tema, no mínimo, fixa no local. Contar apenas com visitas ocasionais no espaço não é uma forma de realmente lembrar, pois, como Ulpiano Meneses diz, a memória não é algo estável, precisando ser elaborada no presente, a fim de responder questões de seu tempo (Meneses, 1992, p. 11).

Também é importante retomar que é previsto na resolução de tombamento que a empresa responsável pelo patrimônio deveria elaborar um centro de memória, tipo de instituição de caráter híbrido diferente das clássicas de custódia, podendo ser entendido como um “arquivo alargado” (Camargo, 2019, p. 30-33), no espaço das caldeiras.

A memória pode ser definida como “[...] a capacidade humana de arquivar ou conservar informações adquiridas no passado (sejam referentes a fatos, ideias, sensações, impressões, conhecimentos) para recuperação e uso no futuro” (Jayo, 2022, p. 5). Mas, para além dessa parte biológica e individual, há dimensões sociais e coletivas da memória. Como o espaço no qual está sendo retratada a memória é o urbano, é necessário pensar na memória coletiva, pois a construção da memória nesse espaço é o *locus* desse tipo (Rossi, 1982, p. 226).

Não obstante, é importante destacar que ser uma memória coletiva não significa que é algo pacífico, pois a cidade em si já é um lugar de constante disputa. No âmbito da memória, há um forte caráter silenciador e uniformizador, pois, na maioria das vezes, a que ganha espaço é a que legitima o discurso da chamada História Oficial, elaborada pelo Estado e pessoas com grande poder político e econômico (Jayo, 2022, p. 11). Há uma forte utilização de suportes materiais, como monumentos, que comprovam a importância do espaço como base e apoio para a memória (Jayo, 2022, p. 7).

A Casa das Caldeiras como Lugar de Memória

No próprio site da empresa responsável pelo patrimônio, é citado o historiador francês Pierre Nora, membro da terceira geração da Escola dos Annales e conhecido por seu conceito de lugares de memória, dizendo que

Pierre Nora acredita que uma das questões significativas da cultura contemporânea situa-se no entrecruzamento entre o respeito ao passado – seja ele real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade (Casa das Caldeiras, 2025, [s.p.]).

Contudo, é importante dar ênfase ao que o próprio Nora diz sobre seu conceito de lugares de memória, no qual

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica (Nora, 1993, p. 21).

Ou seja, chega a ser irônico a empresa citar esse autor, porque eles fazem exatamente o que ele alerta: não adianta apenas a aparência, materialidade de um lugar, é necessário que

ele seja mobilizado para de fato ser um lugar de memória. A existência desse tipo de espaço não é natural, e sim “uma construção histórica de caráter compensatório” (Jayo, 2022, p. 8) em função da memória não ser algo vivo, precisando ser cultivada e buscada.

E, apesar da ênfase que a Casa das Caldeiras dá ao discurso sobre lembrança, dedicando uma parte da sua apresentação como um lugar de memória, é preciso questionar a memória de quem? É ótimo que o espaço esteja construindo recordações para pessoas do tempo atual através das atividades culturais oferecidas, mas quando estamos falando de um patrimônio industrial, torna-se evidente a necessidade de resgatar a história daqueles que estiveram diariamente neste local, que criou relações com o território justamente por estarem atuando nele: os trabalhadores.

Os trabalhadores, desde o fim do século XIX até o pós-Segunda Guerra Mundial, foram retratados apenas a partir de organizações formais, como sindicatos e partidos, em contrapartida às classes dominadoras ou suas resistências a elas, como as greves (Petersen, 1997, p. 62). Até que na década de 1960, com a imersão da chamada *New Left*, linha historiográfica que tinha uma grande preocupação de retratar a história “de baixo para cima” em contraponto à história das elites e com grande marco o artigo do historiador E.P. Thompson *The History from Below* (Sharpe, 2001, p. 40), a classe operária passa a ser vista não somente como um coletivo abstrato, mas sim como agentes históricos.

O próprio Michael Rix já se referia à importância do retrato das pessoas que trabalhavam lá, não só os donos. Um exemplo digno de ser citado dessa preocupação em retratar o trabalhador nesse tipo de patrimônio foi o projeto elaborado por quatro museus industriais europeus denominado “As pessoas são a verdadeira história”, em que o nome já demonstra o argumento que está sendo levantado aqui, e que teve como finalidade abordar as expressões socioculturais das vidas dos trabalhadores da indústria corticeira (Cordeiro, 2024, p. 210). Outros autores já levantaram essa questão, como a historiadora Cristina Meneguello, a qual declarou em uma entrevista como esses lugares deveriam ao menos fazer alusão ao “mundo do trabalho”, deixando de ser apenas “casca” (Schicchi, 2005, p. 131), e a arquiteta Manoela Rossinetti Rufinoni (2025, p. 234), que afirmou que

Além das evidências materiais da industrialização, os estudos no campo do patrimônio industrial também consideram as correlações entre essa mesma materialidade e as múltiplas dimensões imateriais identificáveis nos saberes e fazeres, nas memórias e na vida cotidiana dos trabalhadores e das comunidades do entorno.

Na cidade de São Paulo, lugar onde o patrimônio está localizado, não existe um espaço que aborde as dimensões sociais e culturais da vida dos trabalhadores no próprio local da indústria, apesar de haver bens tombados da área, sendo no município pelo CONDEPHAAT

classificados como ferroviário, industrial e fabril 13 bens (Condephaat, [s.d.], [s.p.]). Todavia, um projeto próspero que existe no território é o Centro de Memória Queixadas Sebastião Silva de Souza, elaborado para a preservação de memórias da Fábrica de Cimento Portland Perus, localizada no bairro de Perus, assim como a memória do próprio território. Foi organizado em 2013 o Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus, no qual uma das divisões foi o Grupo de Arquivo, que, em 2018, pleiteou a 3ª edição da Lei Municipal de Fomento à Cultura com o projeto de criação do centro de memória e teve seu espaço aberto em 2022 na Biblioteca Padre José de Anchieta, contudo a ideia de um local de preservação da cultura e memória Queixada existia desde 1974. Há um trabalho não apenas da preservação material de documentos, assim como teórico com a criação de seu próprio plano museológico em 2024 (Barbosa; Moreira, 2025, p. 215), educativo por meio de atividades realizadas não só no território com visitas guiadas, mas também além dele com exposições e seu jogo de tabuleiro “Perus no tabuleiro da memória” (Moreira, 2025, [s.p.]), e de história oral, registrando as memórias dos trabalhadores do bairro, ou seja, também contando com a participação das pessoas que viveram nesse território para a construção da memória coletiva acerca da fábrica.

O grande evento no qual o Centro de Memória dá destaque no território é a Greve de 7 anos (1962 - 1969), movimento que, mesmo sendo considerada a mobilização sindical mais longa da história do Brasil (Djurovic, [s.d.], [s.p.]), é amplamente invisibilizado na memória oficial da cidade. Uma das partes mais interessantes acerca da mobilização realizada com a comunidade é não ouvir somente os operários que adotaram a greve, mas também os que não a apoiaram, pois “São memórias individuais que compõem um coletivo e acabam, por muitas vezes, justificando as escolhas feitas pelos operários” (Barbosa; Moreira, 2025, p. 211). Dessa forma, a instituição também consegue retratar os conflitos, situação na qual qualquer território urbano possui, pois, as cidades são um lugar de frequente disputa. O Centro de Memória continua em luta para que seu espaço sede seja na antiga fábrica.

A participação da comunidade na construção de um lugar de memória é muito importante, e nesse caso teve como base a Sociomuseologia e Museologia Decolonial (Barbosa; Moreira, 2025, p. 212), abordagem inovadora pois “A monumentalidade e a sacralidade que os [museus] caracterizam criam fronteiras rígidas entre quem representa e quem é representado” (Lowande, 2023, p. 181). A elaboração de seu plano museológico também foi de forma comunitária e coletiva. Desse modo, demonstram como é possível criar um lugar de memória industrial com os trabalhadores fazendo parte da história.

Considerações finais

Apesar da área de patrimônio industrial no Brasil ser um tanto quanto recente, há uma produção acadêmica de qualidade sendo feita e com aumento crescente. Esses estudos estão muito mais voltados apenas para a preservação dos bens, a qual é a primeira preocupação que se deve ter com um patrimônio. Contudo, é preciso reconhecer que essa medida é apenas um dos primeiros passos no assunto patrimônio e que é necessário que se pense também no que vem depois dela.

No caso das Instalações da IRFM no bairro da Água Branca, até houve uma preocupação com a mobilização da memória por meio da inclusão de uma cláusula do tombamento exigindo a criação de um Centro de Memória no local, contudo, não passou do papel. Essa falta da memória industrial não é algo exclusivo deste exemplo utilizado, e sim faz parte da cidade de São Paulo, mesmo sendo um lugar com uma forte relação com a industrialização.

Ademais, o espaço possui um grande potencial para se tornar um lugar de memória de verdade ao se preservar não somente a materialidade da fábrica, assim como a vida dos trabalhadores e as relações criadas nesse ambiente. Esse resgate da memória é possível através da utilização de metodologias como o Plano Museológico do Centro de Memória Queixadas, outro espaço que também lida com a memória operária. Essa construção deve ser feita para além da memória de como trabalhavam, abordando outras questões como o convívio que tinham ali e a cultura desenvolvida por meio dessas relações seria de fato transformar o local em um lugar de memória. No momento, toda essa memória está esquecida, enquanto só resta ali a materialidade, ou simplesmente, os tijolos.

THE MEMORIES GO AWAY, THE BRICKS STAY: A STUDY ABOUT THE INDUSTRIAL HERITAGE USE AS OF THE IRFM FACILITIES IN THE ÁGUA BRANCA NEIGHBORHOOD (SÃO PAULO - SP)

Abstract: This article aims to analyze the installations of Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) in the Água Branca neighborhood (São Paulo - SP) to discuss the limits and advances about the patrimonial politics towards the industrial heritage. Based on the case study, it is hoped to trace a genealogy for the formation of this knowledge area and to indicate some of its uses towards building an industrial workers' memory. To reach this, the concept of *lieux de mémoire* (sites of memory) developed by Pierre Nora is mobilized to argue about the secondary place of the workers' memory in the history of the city São Paulo. Finally, popular initiatives are emphasized to build peripheral memories as a possibility for the expansion of the field, such as the Centro de Memória Queixadas Sebastião Silva de Souza, in the Perus neighborhood.

Keywords: industrial heritage; post legal protection; memory; Indústrias Matarazzo.

LAS MEMORIAS SE VAN, FICAN LOS LADRILLOS: UN ESTUDIO SOBRE EL USO DEL PATRIMONIO INDUSTRIAL A PARTIR DE LAS INSTALACIONES DEL IRFM UBICADAS EN EL BARRIO DE ÁGUA BRANCA (SÃO PAULO - SP)

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar las instalaciones de las Industrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) ubicadas en el barrio de Água Branca (São Paulo - SP) para debater los límites y avances de las políticas patrimoniales centradas en el patrimonio industrial. Con base en el estudio de caso, buscamos trazar una genealogía para la formación de este campo de conocimiento e identificar algunos de sus usos para la construcción de la memoria de los trabajadores industriales. Para lograr esto, se recurre el concepto de *lieux de mémoire* (lugares de la memoria) desarrollado por Pierre Nora para discutir el lugar secundario que ocupa la memoria de los trabajadores en la historia de la ciudad de São Paulo. Finalmente, se enfatizan las iniciativas populares para construcción de memorias periféricas como una posibilidad para la expansión del campo, como es el caso del Centro de Memória Queixadas Sebastião Silva de Souza, en el barrio de Perus.

Palabras clave: patrimonio industrial; memoria; Indústrias Matarazzo.

Referências

BARBOSA, Patrícia; MOREIRA, Sheila. Entre a realidade, o imaginário e o esquecimento: como preservar a memória operária no bairro de Perus? *In:* DEMARCHI, João; NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone (org.). **Por uma nova pedagogia do patrimônio cultural: conflitos, apagamentos e práticas educativas de resistência**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2025, p. 203-222. Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1606. Acesso em: 10 jul. 2025.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. "Os centros de memória são instrumentos de ação". [Entrevista concedida a] Carla Lira, Gabriel Vituri, João Paulo Guadanucci e Marta Raquel Colabone. São Paulo: **Cadernos SESC de Cidadania**. Memórias, São Paulo, v. 10, n. 15, p. 30-33, jun. 2019. Disponível em: https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/13601_OS+CENTROS+DE+MEMORIA+SAO+INSTRUMENTOS+DE+ACAO. Acesso em: 8 jul. 2025

CASA das Caldeiras. Casa das Caldeiras, 2020. Disponível em: <https://casascaldeiras.com.br/>. Acesso em: 6 jul. 2025.

CENTRO DE MEMÓRIA QUEIXADAS. Quem somos, [s.d.]. Disponível em: <https://cmqueixadas.com.br/quem-somos/#tab-id-1-active>. Acesso em: 9 jul. 2025.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da UNESP/Estação Liberdade, 2001.

CLARK, Grahame. **Arqueologia e sociedade: reconstituição do passado pré-histórico**. Coimbra: Livraria Almedina, 1966.

CONDEPHAAT. Base de dados Condephaat, [s.d.]. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/bens-protetidos-online/>. Acesso em: 10 jul. 2025

CORDEIRO, José Manuel Lopes. Uma perspectiva sobre o passado e o futuro do patrimônio industrial. **Revista Confluências Culturais**, v. 13, n. 1, p. 204-213, 30 ago. 2024. Fundação Educacional da Região de Joinville - Univille. Disponível em: <https://periodicos.univille.br/RCC/article/view/2422>. Acesso em: 10 mai. 2025.

COUNCIL OF EUROPE COMMITTEE OF MINISTERS. Rec. (90)20 - on the protection and conservation of the industrial, technical and civil engineering heritage in Europe. 13 set. 1990. Disponível em: [https://search.coe.int/cm/#{%22CoEIdentifier%22:\[%2209000016804e1d18%22\],%22sort%22:\[%22CoEValidationDate%20Descending%22\]}](https://search.coe.int/cm/#{%22CoEIdentifier%22:[%2209000016804e1d18%22],%22sort%22:[%22CoEValidationDate%20Descending%22]}). Acesso em: 4 jul. 2025.

DJUROVIC, Camila. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo. Memorial da Resistência em São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/lugares/sindicato-dos-trabalhadores-cimento-perus/>. Acesso em: 19 jul. 2025

EUROPEAN FEDERATION OF MUSEUM AND TOURIST RAILWAYS AND TRAMWAYS. The Riga Charter. FEDECRAIL, 2025. Disponível em: <https://fedecrail.org/about-fedecrail/the-riga-charter/#countries>. Acesso em: 4 jul. 2025
GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA TÉCNICA. Declaração do GEHT em defesa das construções e instalações utilitárias (“Declaração de Campinas”), 29 jan. 1998. Disponível em: <https://www.geocities.ws/lagopaiva/utilitar.htm>. Acesso em: 1 nov. 2025.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

HUDSON, Kenneth. Industrial Archeology. **A New Introduction**. London: Baker, 2015. (1ª ed. 1963).

ICOMOS. The Burra Charter, 1999. **Portal IPHAN**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31_10_2013.pdf. Acesso em: 4 jul. 2025.

ICOMOS. Carta de Veneza, 1964. **Portal IPHAN**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2025.

JAYO, Martin. Memória da cidade, de buzzword a conceito em mutação. **Paranoá**, v. 15, n. 33, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/42466>. Acesso em: 10 jul. 2025.

KAKAESKA. Brass Brew: uma micro cervejaria no Salão dos Tanques. Casa das Caldeiras, [s.d.]. Disponível em: <https://casadascaldeiras.com.br/blog/artigo/brass-brew>. Acesso em: 4 jul. 2025.

KAKAESKA. sobre a ACCC: objetivos, programas e projetos [desde 2005]. Casa das Caldeiras, 05 mai. 2011. Disponível em: <https://casadascaldeiras.com.br/blog/artigo/sobre-a-acc>. Acesso em: 3 jul. 2025.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2018. 2ª ed. (1ª ed. 2009).

LESSA, Ana Lara Barbosa. O lugar do patrimônio industrial na cidade contemporânea - atores, valores e embates: a trajetória das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo na Água Branca. **Revista CPC**, São Paulo, Brasil, n. 19, p. 109-135, 2015. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/90817>. Acesso em: 20 jun. 2025.

LESSA, Ana Lara Barbosa. **Patrimônio como campo de conflitos: o processo de preservação das Indústrias Matarazzo na Água Branca**. Dissertação de Mestrado – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-04092017-123550/publico/DissCorrigidaAnaLaraLessa.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Museus contracoloniais e patrimônios cosmológicos no Antropoceno. **Revista Memória em Rede**, v. 15, p. 154-174, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/24887>. Acesso em: 7 jul. 2025

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-23, 1992.

MOREIRA, Sheila. “Perus no tabuleiro da memória” promove a cultura periférica do território Noroeste. Centro de Memória Queixadas, 27 jan. 2025. Disponível em: <https://cmqueixadas.com.br/perus-no-tabuleiro-da-memoria-promove-cultura-periferica-territorio-noroeste/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

OBRAS em construção / residência artística. Casa das Caldeiras, [s.d.]. Disponível em: <https://casadascaldeiras.com.br/blog/artigos/obras-em-contrucao-residencia-artistica>. Acesso em: 6 jul. 2025

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Arquitetura Industrial, Patrimônio Industrial e sua difusão cultural. *In*: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CAMPOS, Juliano Bittencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes (Org.). **Arqueologia Pública e patrimônio: questões atuais**. Criciúma: UNESC, 2015, p. 197-226.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, n. 8, p. 62-72, dez. 1997. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/31506>. Acesso em: 10 jul. 2025

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Jornada do Patrimônio 2019, 2019. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/cultura/w/noticias/26411>. Acesso em: 4 jul. 2025

RODRIGUES, Angela Rosch. **Estudo do patrimônio industrial com uso fabril da cidade de São Paulo**. 2011. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-31012012-122716/publico/A_R_R_MESTRADO.pdf. Acesso em: 27 mai. 2025.

ROSSI, Aldo. **La arquitectura de la ciudad**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1982.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Patrimônio Industrial. *In*: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (Org.). **Dicionário temático de patrimônio: Debates contemporâneos**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2025, p. 233-236.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Mooca**. 2004. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26072022-154804/publico/Rufinoni_Manoela_Rossinetti_2004_ME.pdf. Acesso em: 25 mai. 2025

SCHICCHI, Maria Cristina. Entrevista com Silvana Rubino e Cristina Meneguello. Preservação do patrimônio industrial no Brasil. **Oculum Ensaios**, n. 3, p. 124-131, 2005. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/797>. Acesso em: 23 mai. 2025.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 39-62.

SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. O Patrimônio Industrial e as Cartas Patrimoniais: considerações às teorias clássicas da conservação e restauração. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v. 9, n. 1, 28 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34142>. Acesso em: 25 mai. 2025.

TÉRREO Ateliê. Casa das Caldeiras, [s.d.]. Disponível em: <https://casadascaldeiras.com.br/blog/artigos/terreo-atelie>. Acesso em: 7 jul. 2025

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. Carta de Nizhny sobre o patrimônio industrial. Nizhny Tagil: jul. 2003. Disponível em: https://ticcihbrasil.org.br/?page_id=675. Acesso em: 3 jul. 2025.

TODODOMINGO. Casa das Caldeiras, [s.d.]. Disponível em: <https://casadascaldeiras.com.br/blog/artigos/tododomingo/3>. Acesso em: 6 jul. 2025

Fontes documentais

SANT'ANNA, Luiz Alca de. Barômetro. **A Tribuna**, São Paulo, 9 jun. 2006. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_08&pesq=%22casa%20das%20caldeiras%22&pasta=ano%20200&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=127627. Acesso em: 8 jul. 2025.

SÃO PAULO (CIDADE). Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Resolução 19/ CONPRESP/ 2011. São Paulo: CONPRESP, 2011. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/cultura/w/conpresp/legislacao/resolucoes/1137>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado. Processo nº 24.263. **Estudo de tombamento do edifício que abriga as instalações das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, sito à Av. Francisco Matarazzo, nº 1096 Capital**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1985. Disponível em: http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/1993_19_Sao-Paulo_Industrias-Reunidas-Francisco-Matarazzo.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Processo nº 24.622/86. **Contestação ao estudo de tombamento dos edifícios que abrigam as instalações das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, sito à Avenida Francisco Matarazzo, n. 1096, Capital**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1986.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Processo nº 30.197/92. **Denúncia de danos causados ao bem tombado com perigo de desmoronamento na via férrea, Capital**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1992.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Processo nº 30.689/93. **Solicita aprovação de projeto de desmembramento de gleba, no imóvel sito à Av. Francisco Matarazzo, n. 1096, Capital**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1993.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Resolução 14 de 5 de junho de 1986. São Paulo: CONDEPHAAT, 1986. Disponível em: http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/1993_19_Sao-Paulo_Industrias-Reunidas-Francisco-Matarazzo.pdf

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Resolução 19 de 10 de novembro de 1993. São Paulo: CONDEPHAAT, 1986. Disponível em: http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/1993_19_Sao-Paulo_Industrias-Reunidas-Francisco-Matarazzo.pdf

SOBRE A AUTORA

Laís Cabral da Silva é graduanda em História (Bacharelado) na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/UNIFESP).

Enviado em 30/07/2025

Aceito em 09/12/2025